



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

MARIA KÉLLIA DE ARAÚJO

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NUMA ESCOLA DA
REDE MUNICIPAL EM MOSSORÓ/RN**

MOSSORÓ/RN

2017

MARIA KÉLLIA DE ARAÚJO

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM UMA ESCOLA
PÚBLICA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialização em Atendimento Educacional Especializado.

Orientador: Prof. Me. Francisco Varder Braga Júnior

MOSSORÓ/RN

2017

**A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA EM UMA ESCOLA
PÚBLICA NA CIDADE DE MOSSORÓ/RN**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Especialização em Atendimento Educacional Especializado.

Defendida em: 01 / 07 / 2017.

BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de fé e esperança.

À mamãe, Maria Bezerra de Araújo que acompanhou todo processo desse estudo, como tem estado sempre presente em todos os momentos de minha vida.

Ao meu pai José Justino de Araújo (in memoriam) e aos meus irmãos que sempre acreditaram na minha vontade de aprender mesmo diante dos obstáculos, e que sempre cooperaram comigo para a efetivação do meu aprendizado.

Ao meu esposo e ao meu filho pelo carinho e pela ajuda mútua em todos os momentos quando eu precisei.

A todos os professores que contribuíram para que eu pudesse ampliar meus conhecimentos e poder realizar esse estudo.

Ao professor Me. Francisco Varder Braga Junior pela dedicação, colaboração e a forma carinhosa que demonstrou durante a orientação desse trabalho.

À tutora Gilberliane Mayara Andrade Melo pela forma afetuosa com que nos deu assistência e orientação nas atividades online referentes às disciplinas do curso.

À equipe administrativa, pedagógica e as professoras da escola onde leciono pela generosidade para comigo, durante a realização desse trabalho.

Aos sujeitos desta pesquisa Alcimara Duarte e o seu filho pela colaboração e troca de saberes.

À oportunidade que tive em participar deste Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado. Pois foi a partir das disciplinas oferecidas que me apaixonei por essa área de ensino e resolvi estudá-la com mais afinco.

Às amigas Themis Gomes, Magnólia Freire e Heloísa Aline pelas palavras de ânimo e empréstimo de material.

A todos os alunos do Curso da Especialização em Atendimento Educacional Especializado.

E a todos que fizeram parte da Coordenação do Curso da Especialização em Atendimento Educacional Especializado da UFERSA.

RESUMO

O presente estudo relata uma experiência de inclusão de um aluno com deficiência auditiva em uma escola pública na cidade de Mossoró/RN. O despertar para desenvolver esta pesquisa partiu de uma experiência como professora de um aluno com deficiência auditiva, além de vivenciar esta mesma experiência por outro viés, agora na condição de ter um familiar com a mesma deficiência. Desta forma, isto me instigou a procurar mais entendimento e conhecimento para saber lidar melhor e compreendê-los. Este trabalho objetiva socializar uma experiência de inclusão da pessoa com deficiência auditiva, partindo do pressuposto que a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva pode ser efetiva, desde que a pessoa com deficiência receba todo o aparato necessário para o desenvolvimento de suas potencialidades. Com relação ao percurso metodológico, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva de abordagem qualitativa com embasamento teórico na legislação brasileira que trata desta temática, além de obras dos autores Braga e Bedaque (2015), Carvalho (2006), Werneck (1997) e Gonçalves e Furtado (2015). A pesquisa foi realizada no mês de abril de 2017, cujo sujeito da pesquisa foi à mãe de um aluno com perda auditiva sensorineural de grau severo a profundo bilateral. Foi lançado mão de uma entrevista com a mãe deste aluno com um roteiro pré-estabelecido com perguntas abertas e semiestruturadas com o intuito de compreender como se deu o processo de inclusão do aluno na escola regular de ensino público, quais dificuldades e necessidades foram encontradas. Foi utilizado um gravador para melhor análise da fala da mãe e interpretação dos dados. Verificou-se que na escola o aluno realiza todas as atividades propostas não apresentando muitas dificuldades, tendo um rendimento escolar similar aos demais colegas. Mas para que o aluno obtivesse sucesso na sua aprendizagem, alguns desafios surgiram durante a trajetória. E um dos desafios foi o processo de intervenção após o diagnóstico para a realização do implante coclear. Pois, exigiu muito empenho e dedicação por parte de sua família para conseguir realizar este procedimento. E com relação à inclusão da criança na escola, não foram encontradas barreiras, pelo contrário, ele foi sempre muito bem acolhido e incluído o que repercute no seu desenvolvimento escolar. Vale salientar que a mãe atua neste processo de inclusão escolar, pois está sempre presente. Constatou-se que a parceria entre a professora da sala regular, a intérprete de sinais, a professora do AEE e sua família foi de fundamental importância para garantir o processo de inclusão deste aluno, bem como seu desenvolvimento social e da aprendizagem.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO; INCLUSÃO; DEFICIÊNCIA AUDITIVA.

ABSTRACT

The present study reports an experience of inclusion of a student with hearing impairment in a public school in the city of Mossoró / RN. The awakening to develop this research started from an experience as a teacher of a student with a hearing impairment, besides experiencing this same experience for another bias, now in the condition of having a relative with the same deficiency. In this way, this instigated me to seek more understanding and knowledge to know how to deal better and to understand them. This work aims to socialize an experience of inclusion of the hearing impaired person, based on the assumption that Special Education in the perspective of Inclusive Education can be effective, provided that the disabled person receives all the necessary apparatus for the development of their potentialities. As regards the methodological approach, it is an exploratory and descriptive research of a qualitative approach with theoretical basis in the Brazilian legislation that deals with this subject, besides works by the authors Braga and Bedaque (2015), Carvalho (2006), Werneck (1997) And Gonçalves and Furtado (2015). The research was conducted in April 2017, whose research subject was the mother of a student with severe to profound sensorineural hearing loss of bilateral degree. An interview with the mother of this student was made with a pre-established script with open and semi-structured questions in order to understand how the process of inclusion of the student in the regular school of public education occurred, what difficulties and needs were encountered. A recorder was used to better analyze the mother's speech and interpret the data. It was verified that in the school the student performs all the proposed activities not presenting many difficulties, having a school performance similar to the other colleagues. But for the student to succeed in their learning, some challenges have emerged during the course. One of the challenges was the intervention process after the diagnosis for the cochlear implant. Well, it required a lot of commitment and dedication on the part of his family to be able to carry out this procedure. And with regard to the inclusion of children in school, no barriers were found, on the contrary, it was always very welcomed and included what has repercussions on their school development. It is worth noting that the mother acts in this process of school inclusion, since she is always present. It was found that the partnership between the teacher of the regular classroom, the interpreter of signs, the ESA teacher and her family was of fundamental importance to guarantee the process of inclusion of this student, as well as their social development and learning.

Keywords: EDUCATION; INCLUSION; HEARING DEFICIENCY.

1- INTRODUÇÃO

A educação brasileira vem passando por algumas modificações ao longo dos anos. E estas mudanças refletem no perfil do profissional que se necessita para atender tais mudanças. Para que este profissional atenda satisfatoriamente a diversidade encontrada nas escolas de hoje, requer versatilidade, flexibilidade e que seja capaz de compreender o outro, como parte integrante da sociedade em que ele também está inserido.

Haja vista que para acompanhar as inovações do mundo moderno frente aos usos das novas tecnologias, requer que se tenha um profissional capacitado para desenvolver os mecanismos necessários e atender aos desafios que a educação aponta nos dias atuais. Pensando nisso, a escola precisa estar preparada para atender a todas as pessoas sem exclusão, dando suporte necessário para que todos alcancem sucesso em sua aprendizagem.

A inclusão educacional da pessoa com deficiência vem sendo discutida de modo mais acentuado no Brasil desde o final do século XX. Essa temática tem permeado diferentes debates a partir do direcionamento de estudos para a compreensão dos desafios apontados a fim de efetivar as resoluções na prática. Para estes desafios os estudiosos vislumbram a formação inicial e continuada como condição essencial para a execução de uma prática pedagógica inclusiva e significativa. Além disso, o empoderamento das pessoas com deficiência e seus familiares, principalmente os surdos, a partir dos conhecimentos adquiridos sobre os seus direitos, apresentam-se como um estímulo para a confirmação de bandeiras de lutas e o amadurecimento de propostas que venham atender a essas demandas, assegurando o direito destas pessoas.

Segundo o artigo 70, capítulo IX, das disposições finais do Decreto nº 5.296, de 2004, “a deficiência auditiva pode ser definida como perda bilateral, parcial ou total de 41 dB ou mais da audição, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1000 Hz, 2000 Hz e 3000 Hz”.

É sabido que a perda da audição pode ser percebida logo após o nascimento da criança com a realização do teste da orelhinha. Uma vez que a criança não disponha deste teste, que é obrigatório por lei em toda maternidade pública, a mãe pode ficar atenta à percepção da criança quanto aos estímulos sonoros, se ela responde ou não. Dessa forma, é através da audição que a criança desenvolverá sua linguagem e conseqüentemente os aspectos relacionados à socialização e aprendizagem.

Em uma concepção de oportunidades e acompanhamento adequado para o sujeito que apresenta uma deficiência auditiva, BRAGA e BEDAQUE, menciona que:

A visão da deficiência auditiva ou surdez está diretamente relacionada de como o profissional, o familiar e, principalmente, de como o próprio sujeito vê ou encara sua deficiência. Assim, para alguns, a surdez é vista como um grupo linguístico e cultural, enquanto que a deficiência auditiva está relacionada com a falta ou diminuição da audição. (BRAGA e BEDAQUE, 2015, p.28).

Portanto, a Educação Especial numa perspectiva de Educação Inclusiva contribui de forma significativa para a efetivação do aprendizado, para o fortalecimento de novas amizades e para o cumprimento dos direitos inerentes as pessoas com deficiência, uma vez que terão a oportunidade de conviver e compartilhar momentos de interação e aprendizagem entre os sujeitos na sua diversidade.

Ao traçarmos uma análise sobre a trajetória da regulamentação que envolve a pessoa com deficiência no Brasil, nos deparamos com alguns avanços a partir da nossa Constituição de 1988, a qual coloca, no seu art. 208, “o atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. No entanto, ao longo da história não só do Brasil, mas em todos os países foram necessárias muitas lutas e documentos que viessem ratificar estes direitos.

Em 1854 durante o Brasil Império, foram criadas duas instituições para atendimento das pessoas com deficiência: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant – IBC) e Instituto dos Surdos Mudos (atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES), ambas localizadas na cidade do Rio de Janeiro e especializadas no atendimento às pessoas com deficiências mais acentuadas. Porém, esta oferta de serviço, ainda era insuficiente para o número de pessoas e tipo de deficiências, além de concentrar-se apenas na cidade do Rio de Janeiro.

Entre os anos de 1857 a 1957 o atendimento às pessoas com deficiência era assegurado de forma segregada, ou seja, os espaços que frequentavam eram separados das demais pessoas, pois eram tidas como “anormais”. Na época, estes espaços eram considerados adequados para elas. Neste período ocorreu a criação de várias instituições especializadas de cunho filantrópico para atender às pessoas com deficiência intelectual, dentre elas merecem destaque a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, e a sociedade Pestalozzi.

A criação dessas primeiras instituições especializadas (...) não passaram de umas poucas iniciativas isoladas, as quais abrangeram os mais lesados, os que se distinguem, se distanciavam ou pelo aspecto social ou pelo comportamento divergentes. Os que não o eram assim a “olho nu” estariam incorporados às tarefas sociais mais simples. Numa sociedade rural desescolarizada (JANNUZZI, 1985, p. 28).

Em 1973 foi criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP- pelo MEC, que impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado.

Em 1996, foi criada a Lei 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que prever a oferta de educação “preferencialmente” na rede regular para os alunos com deficiência, serviço de apoio especializado na escola regular para atender às peculiaridades da clientela, o início da oferta de educação infantil e restringe o atendimento em classes e/ou escolas especializadas aos alunos cuja deficiência não permitir sua integração na rede regular.

O Decreto Nº 5.626/2005 regulamentou a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, trazendo a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular e de orientar sobre a formação do professor de LIBRAS e do instrutor de LIBRAS.

No ano de 2007, fora instituído o Decreto 6.094/2007, que dispôs o plano de metas compromisso todos pela educação, o qual envolvia a participação de todos os governos, família e comunidade em prol da melhoria da Educação Básica o que dentro de vários benefícios, contemplava a formação de professores para a Educação Especial, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares.

Posteriormente foi aprovado o Decreto 6.949/2009, objetivando promulgar a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Já no ano de 2010, a Lei nº 12.319 regulamentou a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Entre os anos de 2011 a 2015, foram sancionadas algumas leis, decretos, portarias e normas técnicas que favoreceram a política da Educação Especial na perspectiva de uma Educação Inclusiva, merecendo destaque o Plano Nacional de Educação de 2011, a Lei 12.764/2012 e a Lei nº 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Um dos pontos principais desta Lei diz respeito à mudança de visão sobre o conceito de deficiência que deixa de ser atribuída à pessoa e passa a ser vista como consequência da falta de acessibilidade que não só o Estado, mas a sociedade como um todo apresenta.

Como podemos observar várias iniciativas foram conquistadas nesta área, mas ainda é necessário trabalhar na diminuição e eliminação das barreiras sejam elas, arquitetônicas,

urbanísticas e principalmente atitudinais que possam impedir o cumprimento dos direitos das pessoas com deficiência. Desta forma, é preciso diminuir entre as pessoas, o preconceito e os estigmas que por muito tempo perdurou relacionado às pessoas com deficiência.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, o ensino da LIBRAS é obrigatório na escola. E conforme o Decreto 5.626/2005 em seu art. 14 e inciso II, a escola deve ofertar, obrigatoriamente, desde Educação Infantil, além do ensino da LIBRAS, o ensino de Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos. Sob esta perspectiva, o art. 3º deste mesmo Decreto também menciona a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Desta forma, os alunos egressos dos cursos de licenciaturas já terão um aporte teórico e conhecimentos práticos sobre o uso da LIBRAS e a sua importância para garantir a comunidade surda o direito a aprendizagem tendo como referência a sua primeira língua.

Portanto, é de fundamental importância a formação inicial e continuada para os professores, tendo em vista a inclusão da pessoa com deficiência auditiva no cotidiano escolar. Outro fator que merece destaque diz respeito à parceria estabelecida entre o professor da sala regular de ensino e a sala de recursos multifuncionais e da escola como um todo, em prol do desenvolvimento do aluno com deficiência e do cumprimento de seus direitos para o exercício de sua cidadania.

Todavia, a pessoa com deficiência auditiva apresenta limitações para a realização das atividades diárias, e muitas vezes se isola por não compreender o que acontece a sua volta e/ou por não ser compreendida ao se expressar. Daí a importância da parceria também entre a escola e a família para que o aluno tenha maiores oportunidades de desenvolver a sua linguagem e aprendizagem.

Para facilitar a educação das pessoas com alguma limitação na linguagem, a Comunicação Alternativa vem constituindo-se como ferramenta que possibilita a comunicação entre as pessoas. Logo, a Comunicação Alternativa é formada por um grupo integrado de componentes, incluindo símbolos, estratégias e técnicas usadas para realizar a comunicação de pessoas que não possam comunicar-se por meio da fala. E seu objetivo primordial é facilitar a participação dessas pessoas em vários contextos comunicativos, uma forma de comunicação que seja independente da assistência do interlocutor, ou de terceiros, e o mais próximo possível da comunicação natural, permitindo a sua inserção social.

Existem várias formas do sujeito que apresenta perda auditiva desenvolver sua linguagem e conseqüentemente estabelecer uma comunicação. Dependendo do caso e das condições que circundam este indivíduo ele pode fazer uso de aparelho de amplificação sonora ou implante coclear. O implante é um equipamento implantado cirurgicamente na orelha e tem a função de estimular o nervo auditivo e recriar as sensações sonoras. Desta forma, o aparelho auxilia na assimilação e entendimento das atividades propostas pelos professores em sala de aula e no entendimento do diálogo com os seus colegas.

Para reforçar o entendimento do indivíduo usuário do implante, o professor de sala de aula pode fazer uso de outro aparelho denominado de Sistema FM, tipo um microfone onde o aluno pode ouvir o que o professor fala, sem interferências de ruídos. Ele ouve através do Sistema FM só a voz do professor naquele momento. Desta forma, o objetivo principal do sistema FM é trazer o sinal da fonte sonora próximo ao usuário. Mesmo com a fonte sonora distante ou com ruído de fundo, o sinal enviado para o aluno via sistema FM é limpo e audível, como se a fonte sonora estivesse ao lado da orelha do usuário.

O despertar para desenvolver esta pesquisa partiu de uma experiência como professora de um aluno com deficiência auditiva, além de vivenciar esta mesma experiência por outro viés, agora na condição de ter um familiar com a mesma deficiência. Desta forma, isto me instigou a procurar mais entendimento e conhecimento para saber lidar melhor e compreendê-los. Logo, a oportunidade em participar do Curso de Especialização em Atendimento Educacional Especializado, trouxe reflexões e conhecimentos sobre a inclusão das pessoas com deficiência auditiva no espaço escolar, que possibilitou contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem destas pessoas.

O presente estudo objetiva socializar uma experiência de inclusão da pessoa com deficiência auditiva numa escola pública de ensino regular, partindo do pressuposto que a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva pode ser efetiva, desde que a pessoa com deficiência receba todo o aparato necessário para o desenvolvimento de suas potencialidades.

2 - METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva de abordagem qualitativa com embasamento teórico na legislação brasileira que trata desta temática, além de obras dos autores Braga e Bedaque (2015), Carvalho (2006), Werneck (1997) e Gonçalves e Furtado (2015).

A respeito da utilização de um método para a realização da pesquisa, (MAY, 2004, p. 200) referindo-se ao método, May diz que “a sua execução bem-sucedida depende das habilidades dos pesquisadores e do seu entendimento sobre as questões que informam a prática de pesquisa”. Portanto é importante que o pesquisador ao pensar em seu objeto de estudo perceba que particularidades o tema a ser estudado tem com ele, por que o escolheu.

A pesquisa foi realizada no mês de abril de 2017, cujo sujeito da pesquisa foi à mãe de um aluno com perda auditiva sensorionerual de grau severo a profundo bilateral, na Escola Municipal Paulo Cavalcante de Moura da Rede Municipal de Ensino da cidade de Mossoró/RN.

A referida escola está situada no bairro Alto do Sumaré e atende 466 alunos distribuídos nos turnos matutino e vespertino, compreendendo os anos iniciais do Ensino Fundamental. A escola dispõe de uma sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, biblioteca e sala de informática. Do total de alunos pertencentes a esta escola, 23 alunos são atendidos na sala de AEE. Além disso, outros alunos das escolas circunvizinhas também recebem atendimento, pois esta sala é considerada um polo de atendimento a crianças com deficiência, oriundas das redes municipal, estadual e privada, localizadas no mesmo bairro, na cidade de Mossoró.

A cidade de Mossoró está situada no interior do estado do Rio Grande do Norte, pertence à mesorregião do Oeste Potiguar da região Nordeste do Brasil. Localizada as margens do Rio Apodi-Mossoró. É considerado o segundo maior município do estado do Rio Grande do Norte. Esta cidade está entre as capitais Natal-RN (278 km) e Fortaleza - CE (245 km). O município é o maior em extensão do estado com área territorial de 2.099,333Km², e é o segundo município mais populoso do Rio Grande do Norte (RN), com uma população de 259 815 habitantes. (IBGE, 2010).

Para a efetivação desta pesquisa, foi lançado mão de uma entrevista com a mãe deste aluno com um roteiro pré-estabelecido com perguntas abertas e semiestruturadas com o intuito de compreender como se deu o processo de inclusão do aluno na escola regular de ensino público, quais dificuldades e necessidades encontradas. Foi utilizado um gravador para melhor análise da fala da mãe e interpretação dos dados.

3 - RESULTADOS/DISCUSSÃO

O aluno com deficiência auditiva objeto deste estudo tem dez anos e está matriculado no 5º Ano do Ensino Fundamental da escola da rede municipal de ensino da cidade de

Mossoró/RN. Segundo informações colhidas - SIC na entrevista realizada com a mãe deste aluno, ela respondeu que seu filho tem deficiência auditiva bilateral de grau, pois do lado direito tem resíduo de audição e no esquerdo apresenta anacusia¹. O aluno é usuário de implante coclear nos dois ouvidos, é oralizado e faz uso de LIBRAS.

A professora de sala de aula comum utiliza o Sistema FM para o melhoramento do entendimento de sua fala durante a exposição das aulas, o que favorece juntamente com o implante do aluno maior possibilidade de aprendizagem e interação.

Ao indagar a mãe sobre o processo de descoberta do diagnóstico do seu filho, ela respondeu que:

Eu descobri, ele tinha uns sete meses e até por causa do cartãozinho de vacina dele que no cartãozinho de vacina tem todas as etapas do desenvolvimento de uma criança. E com sete meses vinha dizendo exatamente que uma criança com sete meses já reage ao escutar o som. E ele nunca reagiu. Mas em virtude de ele ser prematuro e ser um pouco atrasado, ele foi mais molinho, demorava a sentar. Eu esperei chegar um ano e com um ano eu fiz os exames na clínica Doutor João Carrilho e descobri que ele era surdo. Bem, quando eu descobri a reação foi assim, que eu fiquei meio perdida que eu era nova, sem instrução. E assim fiquei perdida que eu não sabia como fazer, como agir, como proceder. Mas, assim Deus vai mostrando as coisas devagarzinho e a gente vai organizando as ideias e vendo o que é melhor. Fiquei preocupada, como ia fazer como ia proceder. Mas até então não me desesperei não. Só busquei o tratamento e pronto.

De acordo com RUSSO e SANTOS (1994), citados por BRAGA e BEDAQUE,

O diagnóstico preciso da deficiência auditiva é de grande importância tanto para a prevenção quanto para a escolha dos métodos fonoaudiólogos e educacionais que deverão ser utilizados com a criança. Logo, o conhecimento do local, o grau e o momento em que ocorreu, bem como a origem do problema são essenciais para a conduta de intervenção adequada com a criança com deficiência auditiva. (BRAGA e BEDAQUE, 2015, p.17).

Desta forma, a percepção da deficiência se deu pela própria mãe por volta dos sete meses de idade devido à criança não responder a estímulos sonoros. Ele tinha dificuldades em responder aos estímulos que ela fazia através de conversas, bater palmas, cantar, dentre outros. Logo, ao completar um ano de idade, ela o levou ao médico, quando foi diagnosticado. Relatou ainda que aguardou este tempo, devido ele ter nascido antes do tempo previsto e apresentar atraso no seu desenvolvimento.

A mãe afirmou também que frequentou com seu filho o Centro de Atendimento às Pessoas com Surdez – CAS e lá fizeram curso de LIBRAS, bem como a criança fazia

¹ Perda total da audição.

acompanhamento fonoaudiológico. A respeito de como se efetivou o processo de alfabetização e com que idade ele passou a frequentar a escola, ela respondeu que:

Começou a ir para a escola com um ano e seis meses. O processo de alfabetização foi e é bem difícil por conta do tempo que ele passou sem escutar. A compreensão dele ainda tem um déficit muito grande, a luta está apenas no começo. E começou a ser alfabetizado com seis mais ou menos.

Na escola o aluno realiza todas as atividades propostas não apresentando muitas dificuldades, tendo um rendimento escolar similar aos demais colegas. Uma vez por semana uma professora intérprete de LIBRAS vem à escola para dar aula para a turma. Estas aulas são voltadas para temáticas e conceitos que envolvem as atividades diárias. E desta forma, os outros alunos também aprendem a se comunicar através da língua de sinais, fazendo desta forma a inclusão do aluno e não apenas uma integração.

Sobre a sua participação em reuniões, comemorações e/outras atividades na escola do seu filho, a mãe disse acompanhar todas as atividades realizadas por ele e participa ativamente dos eventos escolares. A este respeito ela falou:

Adoro, procuro sempre estar presente em tudo... Eu acho que nossa presença é fundamental. É uma forma de mostrar a ele que me importo com ele, é reconhecer também o esforço dele. Nas apresentações quando ele me vê, chega o olhinho brilha. Percebo as habilidades dele, pois participa de tudo na escola. Mas também percebo que ele ainda tem muita dificuldade na linguagem escrita, pois seu vocabulário é restrito. Às vezes, ele não associa a palavra ao objeto.

A mãe mencionou ainda que seu filho é um aluno exemplar por se destacar em matemática apresentando habilidades de interpretação e cálculos. Mas sente dificuldades com a produção textual por escrever do jeito que se expressa conforme a língua de sinais. Nesse sentido, os surdos enfrentam algumas dificuldades nas salas de aula, pois tem seu jeito peculiar de escrever. E quando questionada sobre a vida escolar de seu filho e se a escola em que ele está inserido é em sua opinião uma escola inclusiva, ela respondeu que:

Bem, eu acho que sim. Assim, pra mim, meu filho tem um suporte muito bom. Tem um auxiliar, se precisar tem aula de reforço, tem o AEE e detalhe tem professor capacitado para lhe dar com ele. E outra coisa não é nem só ele, são várias outras deficiências que tem aí que tem um suporte muito bom. Na minha opinião, o Paulo Cavalcante tem sim um suporte muito bom e muito inclusivo para crianças especiais. Só tou com medo do próximo ano. Já estou matutando o que é que eu vou fazer. Mas o próximo ano eu vejo a melhor opção pra ele.

Segundo CARVALHO (2006), para se entender a educação inclusiva deve-se primeiro entender que a proposta não foi concebida apenas para determinados alunos e sim para todos, sem distinção. Entender que somos diferentes. A autora ressalta ainda que: “A inclusão significa que não é o aluno que se molda ou se adapta à escola, mas a escola consciente de sua função coloca-se a disposição do aluno”.

Desta forma, para que o aluno com deficiência seja de fato incluído na sala regular de ensino, é necessário que se criem dispositivos que possibilitem a sua inserção, contemplando o desenvolvimento social e educacional. Além da sala de aula regular de ensino, este aluno tem atendimento na sala de AEE, na própria escola.

Ainda sob este aspecto, os autores BRAGA e BEDAQUE (2015, p. 5), relatam que: “A formação continuada para os docentes é um fator fundamental no processo de transformação no sistema educacional tendo em vista a possibilidade de transpor barreiras, em especial as atitudinais, que envolvem a cultura de todos os atores na sociedade”.

A respeito das atividades preferidas do seu filho e o que o deixa feliz, ela disse que:

Mulher se deixar ele só quer assistir e jogar. Tenho que impor um cronograma para ter uma evolução. Tem uma atividade para estímulo que deixo ele ter uma certa intervenção para que ele também tenha um certo interesse, com um detalhe tem que estimular de alguma forma. Vou dar um exemplo do violão, foi ele que escolheu e meu propósito é ele falar melhor. Música é melodia, vocabulário e escrita.

E quando indagada sobre quais as suas expectativas com relação ao desenvolvimento e escolarização de seu filho, ela respondeu que: “Todas. Espero que termine faculdade, mestrado e quem sabe um doutorado. Sonho em que ele se forme em uma área que possa ajudar pessoa como ele a vencer, que ele seja fonte de inspiração para muitos”.

Mas para que o aluno obtivesse sucesso na sua aprendizagem, alguns desafios surgiram durante a trajetória. E um dos desafios foi o processo de intervenção após o diagnóstico para a realização do implante coclear. Pois, exigiu muito empenho e dedicação por parte de sua família para conseguir realizar este procedimento. E com relação à inclusão da criança na escola, não foram encontradas barreiras, pelo contrário, ele foi sempre muito bem acolhido e incluído o que repercute no seu desenvolvimento escolar. Vale salientar que a mãe atua neste processo de inclusão escolar, pois está sempre presente.

Logo, constatou-se que a parceria estabelecida entre a professora da sala regular, a intérprete de sinais, a professora do AEE e sua família foi de fundamental importância para o desenvolvimento da aprendizagem e social do aluno.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado possibilitou um entendimento mais sistematizado da importância da parceria entre família e comunidade escolar. Logo, faz-nos refletir sobre a importância de práticas metodológicas que atendam as necessidades dos alunos com deficiência. Nesse sentido, a escola em questão tem adotado metodologias que proporcionam o desenvolvimento da criança com deficiência auditiva, mas ainda é necessário que toda a escola crie mecanismos de se apropriarem da Língua Brasileira de Sinais para a interação com o aluno, possibilitando uma comunicação mais eficaz entre ambos, pois muitas vezes utiliza-se de mímicas para se comunicarem.

Dessa forma, há ainda muitos obstáculos a se transpor, mais não podemos esquecer as conquistas que já foram alcançadas ao longo da história na busca pela promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Pensando nisso, a sala de recursos multifuncionais necessita também de outros dispositivos de tecnologia assistiva para oferecer momentos de aprendizagens que despertem e desafiem a sua curiosidade em prol de uma aprendizagem significativa. Neste caso, os dispositivos da Comunicação Alternativa, como o tablet, telefone celular, computador, desktop ou notebook, vocalizadores, teclados adaptados e virtuais, e equipamentos dedicados que são desenvolvidos exclusivamente para o sistema de comunicação.

Diante desses resultados, observa-se ainda que a mãe do aluno demonstra insegurança com o desenvolvimento da aprendizagem do seu filho, pois sente dificuldades em compreender as limitações que ele apresenta. E por desejar tanto que ele utilize a oralidade como língua para se expressar, acaba por minimizar o uso da LIBRAS.

Portanto, a escola deve ser inclusiva, pautada numa dinâmica que favoreça o atendimento de forma amorosa, dialógica, humanizada e que atenda as exigências inerentes ao bom funcionamento, isto é que ultrapasse todas as barreiras arquitetônicas, atitudinais, que seu corpo docente esteja preparado para trabalhar com todas as crianças e fazerem avançar no seu processo de ensino e aprendizagem. Sob este aspecto, Freire (2011) relata que: “Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda”.

É de fundamental importância também destacarmos a parceria da escola e da família, em prol de um trabalho conjunto objetivando o processo de desenvolvimento da criança. Além disso, é necessário que se estabeleça também um diálogo com a equipe multifuncional com profissionais clínicos especializados. Uma vez que a partir das orientações a serem dadas pela equipe de profissionais envolvidos nesse atendimento, através das parcerias, eles possam contribuir para o aprimoramento e desenvolvimento da comunicação entre a criança e seus pares.

Outro fator que merece destaque, diz respeito ao cumprimento dos direitos da pessoa com deficiência auditiva que elas tenham seus direitos respeitados e que tenha acesso em primeiro lugar à língua de sinais, sua língua materna para depois serem inseridas atividades e metodologias adequadas que os façam compreender e assimilar outro tipo de linguagem.

Sendo assim, a língua de sinais deve permear o contexto de sala de aula e todo o ambiente escolar. Daí a importância da formação inicial e continuada dos professores, assim como a preparação de toda a comunidade escolar para de fato incluir as crianças com deficiência no contexto escolar na perspectiva da educação inclusiva. A esse respeito Nóvoa relata que:

A formação pode estimular o desenvolvimento profissional dos professores, no quadro de uma autonomia contextualizada da profissão docente. Importa valorizar paradigmas de formação que promovam a preparação de professores reflexivos, que assumam a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento profissional e que participem como protagonistas na implementação das políticas educativas (NÓVOA, 1995, p. 27).

Portanto, faz-se necessário o engajamento de todas as pessoas no processo de ensino e aprendizagem da criança com deficiência auditiva no âmbito escolar, até porque se trata de um assunto que requer seriedade por ser um tema delicado e que requer também compromisso, respeito e o cumprimento de seus direitos em prol de uma educação inclusiva, atendendo suas necessidades e garantindo o exercício de sua cidadania.

REFERÊNCIAS

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Atendimento Educacional especializado**. Mossoró: EdUFERSA, 2015. 68p.

BRAGA JUNIOR, Francisco Varder; BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Deficiência auditiva e o Atendimento Educacional Especializado**. Mossoró: EdUFERSA, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de setembro de 2009.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Decreto-lei nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2011.

_____. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, e a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2 de dez. 2004.

_____. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 22 de dez. 2005.

_____. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 24 abr. 2007.

_____. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 25 ago. 2009.

_____. Lei n 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 19 dez. 2000.

_____. Lei n 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 24 abr. 2002.

_____. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

_____. Lei n. 12.319, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 1 set. 2010.

_____. Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 27 dez. 2012.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 6 de jul. 2015.

_____. Ministério da Justiça. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: Corde, 1997.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 4. ed. Porto Alegre: Ed. Meditação, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FURTADO DA CUNHA, M. A. **Linguística funcional – teoria e prática**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2015 v 1. 125p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=24&dados=29>. Acesso em: 22 de junho de 2017.

JANNUZZI, Gilberta. **A luta pela educação do “deficiente mental” no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NÓVOA, A.(Org.). **Profissão professor**. Portugal: Porto Editora, 1995.

RUSSO, I. C.P; SANTOS, T. M. M. **Audiologia infantil**. 1994. In: ENOK, Holsegaard. O Romance, 1990. In: BRAGA JUNIOR, Francisco Varder; BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. **Deficiência auditiva e o Atendimento Educacional Especializado**. Mossoró: EdUFERSA, 2015.

WERNECK, Cláudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. WVA, Rio de Janeiro: 1997.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Qual o diagnóstico do seu filho, conforme laudo médico?
2. Que idade ele tinha quando você percebeu que ele sentia dificuldades em responder aos estímulos que você fazia?
3. O que você fez, quando descobriu? Como foi o processo?
4. Com quantos anos ele foi diagnosticado? Depois de ser diagnosticado, onde ele passou a ter atendimento?
5. Com quantos anos ele passou a ter contato com a língua de sinais?
6. Com que idade passou a frequentar a escola? E como foi o processo de alfabetização?
7. Além da escola, em que outros locais ele tem contato com a Língua Brasileira de Sinais?
8. Você participa de reuniões, comemorações e/outras atividades na escola do seu filho?
9. Qual é a sua opinião sobre a vida escolar de seu filho e a escola em que ele está inserido?
10. Quais as suas expectativas com relação ao desenvolvimento e escolarização de seu filho?
11. Quais são as suas atividades preferidas? E o que o deixa feliz?